

OS ESTUDOS REGIONAIS E O PAPEL DAS UNIVERSIDADES

MÁRIO LACERDA DE MELO

O prof. MÁRIO LACERDA DE MELO, atual presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros e catedrático de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, pronunciou a 30 de março de 1953 a aula de abertura dos cursos do mencionado estabelecimento de ensino superior. Sob o título de "Universidade e Região", desenvolveu considerações de alto interesse para a Geografia brasileira, o que nos leva a publicá-las em nossas páginas, a fim de torná-las mais conhecidas no meio daqueles que se dedicam a tais assuntos.

Os estudos universitários na Faculdade de Filosofia e os temas regionais. — O melhor entendimento do modo como se poderiam relacionar as nossas atividades com os problemas resultantes das realidades mesológicas regionais impõe a apreciação preliminar dos objetivos que norteiam estas atividades. É o que faremos na primeira parte desta aula.

Em decorrência do papel conferido às Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras pelo sistema universitário brasileiro, compete a esta escola, nos termos do nosso primeiro dispositivo regimental, exercer, dentro da Universidade do Recife, as seguintes e graves atribuições:

- a) desempenhar, no conjunto das Escolas Superiores, a função de centro de investigação e de ensino destinado a conciliar o espírito de especialização com a visão universal dos problemas;
- b) realizar pesquisas e estimular as criações que desenvolvam a cultura filosófica, científica e literária;
- c) preparar trabalhadores intelectuais para as atividades culturais de ordem desinteressada e técnica;
- d) formar candidatos ao magistério secundário e normal".

O primeiro desses objetivos relaciona-se com a função da Faculdade no seio das demais unidades universitárias e de sua missão em face dos fins gerais da Universidade. Um tanto genérico, ele estará necessariamente alcançado, percorrendo-se os caminhos apon-

tados em segundo e terceiro lugares. Ficam, então, definindo e norteando nossos deveres e nossas responsabilidades os objetivos de, em palavras mais curtas: 1) *realizar pesquisas filosóficas, científicas e literárias e estimular as criações*; 2) *preparar trabalhadores intelectuais*; 3) *formar professores*.

Em um comêço de ano letivo, quando todos nos apresentamos para retomar nossas tarefas, convém ter presente que elas perseguem esse tríptico desiderato. Convém que os senhores estudantes se capacitem de que a escola que escolheram não visa apenas a prepará-los para as nobilitantes e difíceis funções do magistério secundário e normal. E que não tenham, ao realizá-los, a atitude mental ou o comportamento de quem se apoiasse na idéia de que é êsse o designio único da instituição a que pertencem. Nem é mesmo o principal.

De equívocos nesse particular podem decorrer conseqüências nocivas. A primeira delas seria uma falta de rendimento do ensino, por se supôr que é êle diverso das necessidades da vida profissiona do magistério, esquecida a circunstância de que o realizador de pesquisas ou o trabalhador intelectual é necessariamente melhor professor secundário. A outra seria tendência a usar para o curso secundário os mesmos elementos metodológicos com que foi ministrado o ensino na Faculdade. Os mesmos elementos metodológicos e a mesma dosagem no estudo dêste ou daquele assunto, como se o que aqui estudamos servisse simplesmente para ser repetido para classes de adolescentes mais ou menos perplexos.

Mais difícil, mais complexo e mais penoso é realizar pesquisas e preparar trabalhadores intelectuais. Por essas funções, uma entidade como esta deverá ser um centro de investigações científicas e estudos filosóficos e literários.

São vários os requisitos a que esta Faculdade precisa atender a fim de ficar em condições de cumprir essa elevada missão.

Reconhecemos que as difíceis, complexas e elevadas funções de uma escola superior do tipo da nossa, não se pode exigir que sejam exercidas de maneira completa desde os primeiros anos de seu funcionamento. É bom, entretanto, termos sempre presentes no espírito essas funções e trabalharinos para que nos integremos em nossas finalidades sem delongas excessivas.

Não se trata, como é óbvio, apenas de requisitos materiais, que êstes são talvez menos difíceis de atender, quando se conta com uma direção na Universidade com a elevada compreensão da que possuímos. Entre os requisitos não incluídos nesse plano material, a um deles, de caráter preliminar, quase já nos referimos: estarmos todos nós, não somente os professores, mas também os estu-

dantes, conscientes dos reais objetivos de nossas atividades universitárias, quanto ao ensino e quanto à investigação.

Impõe-se aqui um esclarecimento. Podereis estar percebendo um certo desvio a que, logo no início desta aula, estaríamos sendo insensivelmente levados em face do tema escolhido. Mas esse mesmo tema tem de apoiar-se na consideração do funcionamento deste instituto de ensino e de cultura em conformidade com os seus objetivos. Que nos sejam permitidas, por isso, mais algumas palavras sobre questões relativas à boa realização de nossos trabalhos. Excusas temos de pedir aos doutos colegas do corpo docente: as duas ou três considerações a seguir não encerrarão nenhuma intenção de pontificar para eles. Se, em razão de nossas atividades aqui exercidas, sentimos alguns problemas nossos, à vista mesmo dos objetivos definidos que nos orientam, não seria lícito calar, furtando-nos ao dever de apontá-los, embora rapidamente nesta oportunidade.

A organização dos cursos, a feitura dos programas, os processos de ministrar o ensino, não podem deixar de tomar por base o caráter do estudo, dadas as finalidades a que se destinam. A acumulação de conhecimentos, evidentemente indispensável, não seria uma finalidade em si. Seu valor estaria na dependência do grau em que contribuisse para aguçar a capacidade individual de entendimento de determinada ordem de fenômenos e para capacitar o indivíduo às tarefas do trabalho científico, filosófico ou literário. Se não se moldarem segundo essa finalidade, os cursos, por mais que ministrem informações, por mais que ensinem, por mais respeitável que seja o seu apóio bibliográfico, estarão constituindo um fardo, quando muito de efeito decorativo, com o brilho das missangas que enfeitam sem ter valor. "Por aprender, ensina o prof. Mortimer Adler, entendo compreender mais e, não, adquirir mais conhecimentos do mesmo grau de integridade de outros que já se possuem".

Razão tem ainda aquele professor da Universidade de Chicago quando observa que "um professor age honestamente se não procura se engrandecer, interpondo-se entre os grandes livros e seus pequenos leitores".

Ministrar um curso não é tarefa das mais difíceis, se compreendemos como tal pura e simplesmente uma série de preleções. A função de coligir dos autores e reproduzir com ares de quem está elaborando na hora o conhecimento, não é a parte principal do ensino. Necessárias para ministrar as linhas mestras de cada assunto, as preleções, todos sabem, devem ser principalmente uma orientação para o estudo. Exercer-se-á, assim, a função do *lente*, isto é, daquele que lê. Que tendo *lido* antes, está em condições de orientar, de conduzir, de esclarecer, de trazer para os estudantes

o pensamento dos autores, mas com o cuidado de indicar-lhes sempre as fontes para um contato direto. A maior vitória do professor não reside, muitas vezes, na quantidade de conhecimentos ministrados no curso, mas no grau de interesse despertado nos discentes pelas leituras relativas à matéria em estudo e na criação do hábito destas leituras. Com o que apenas se ouviu em aula, nunca foi possível se aprender uma matéria.

O mesmo, decorrentemente, se poderá dizer do mau uso das apostilas de aula, conhecidas pelo apelido coimbrão, um tanto depreciativo, de "sebentas". É mister não se distorça o sentido da aula, transformando um agente de orientação em instrumento de limitação.

Cremos indispensável uma compreensão nítida das aulas, para que se não espere nem se exija desse instrumento de ensino nem menos nem mais do que pode dar. Seria, neste último caso, forçar e comprometer o instrumento, usando-o para fins que excedem o seu destino, com sacrifício do próprio objetivo em mira.

Não sabemos, — tendo em vista os aludidos desígnios de um instituto de filosofia, ciências e letras, — se haverá, na organização universitária, estabelecimento que imponha a seus mestres e a seus estudantes maiores responsabilidades culturais. Derivam daí nossos deveres quanto ao esforço que precisamos desenvolver de maneira sistemática e continuada a fim de correspondermos a essas responsabilidades.

Conhecemos as dificuldades que, frequentemente, assaltam nossos estudantes, muitas delas oriundas da deficiência e da desorientação dos cursos de humanidades, vítimas quase todos do mercantilismo que, decorrente do sistema em voga, instalou-se, de há muito, nesse setor do ensino. Por exemplo, a frequente deturpação do papel das apostilas, muitas vezes não significa puro comodismo. Exprime a dificuldade em consultar uma bibliografia básica, em dois ou três idiomas além do nosso, embora, interessado, o estudante desejasse fazê-lo.

No entanto, nenhuma outra escola superior exige, em assuntos de cultura, uma unidade de interesse entre docentes e discentes mais profunda e mais forte do que, dados os seus objetivos, uma faculdade do tipo da nossa. Em nenhuma, é maior a necessidade de preservação da dignidade dos trabalhos universitários a cargo de docentes e discentes. Em nenhuma, é mais condenável a desfiguração do papel dos exames, transformados tantas vezes de processo de verificação do aproveitamento em finalidade do estudo. Em nenhuma, é mais atentatória de seus fins a atitude de conquista do diploma pelo diploma, confundindo-se o êxito verdadeiro nos

estudos com um ilusório título oficial. A reação contra essa tendência tanto deve ser nossa como vossa, senhores estudantes.

A questão do intercâmbio cultural merece duas palavras. A divulgação de nossos estudos e do resultado de algumas de nossas atividades universitárias nos meios interessados é sabido que constitui um estímulo para essas atividades. Ela permitirá, sobretudo, estabelecer com esses meios uma troca de informações que nenhum instituto de cultura e de ciência pode dispensar. A esse respeito são louváveis as iniciativas existentes que merecem ser ampliadas: as do Diretório Acadêmico, com sua revista e sua série de "plaquettes", e as do nosso diretor que, este ano, pretende manter e emprestar sentido novo e vivo a um serviço de publicações dos nossos trabalhos, que estejam no caso de ser impressos. Seria ocioso falar da relevância desse serviço e da contribuição que poderá trazer no sentido da realização dos fins de cultura e de investigações, legalmente atribuídos à Faculdade, aos quais vimos nos referindo.

Os congressos científicos sobre assuntos das matérias aqui estudadas constituem outra forma de intercâmbio. É bom que deles participemos sempre que possível. Proporcionam oportunidade de estarmos em dia com os processos e técnicas de elaboração do conhecimento científico no sector das nossas respectivas especializações. Fazem-nos conhecer as conquistas mais recentes do domínio cultural de que se ocupam. E criam convivência e relações de estima úteis ao intercâmbio, úteis não apenas ao professor, mas à Faculdade como instituição científica e cultural.

Vê-se, pois, serem diversos os problemas de que depende o funcionamento da Faculdade em correspondência com os seus elevados objetivos. Problemas relacionados, uns com aspectos materiais e outros com a orientação de docentes e discentes. E como desejamos estar à altura das responsabilidades inerentes a uma instituição de altos estudos, — responsabilidades maiores ainda do que as das escolas destinadas ao preparo profissional para as carreiras liberais — temos de atacar resolutamente esses problemas. O funcionamento de nossos cursos em harmonia com os apontados objetivos é, por outro lado, uma obrigação perante os que procuram esta Casa para sua formação intelectual.

Temos, porém, de fazer muito mais no sentido de tornar caracteristicamente universitários os nossos trabalhos. Isso não se consegue apenas ministrando cursos. "Lembremo-nos — escreveu o professor Douglas Johnson, da Universidade de Colúmbia — de que universidade alguma alcança fama pelo número ou mesmo pela qualidade de seus cursos. Um só homem que efetue grande progresso em algum ramo da geografia fará para honra de sua instituição e pelo prestígio de sua ciência do que um regimento inteiro

de meros ministradores de cursos". (Apud H. O. Sternberg — "Contribuição ao Estudo da Geografia"). Não tenhamos dúvidas sobre a aplicação desse conceito a muitas das nossas atividades e a todos os institutos da Universidade. Mas é principalmente a escolas como a nossa que êle aponta uma orientação e muitos deveres.

No tocante pelo menos às atividades de investigação científica, aquele progresso, a que alude o professor de Colúmbia, outro ponto de partida e outro campo de ação não deve e muitas vezes não pode ter senão os postos nas mãos dos trabalhadores da ciência, — tanto dos já experimentados, como dos ainda iniciantes, — pelas condições regionais.

Começa, nesse ponto, uma categoria particular de deveres e responsabilidades que nos são impostos: os derivados de nossa localização regional.

A especialização nesta Faculdade, não pretendendo colimar os objetivos da formação profissiona, harmoniza-se com o sentido universal da cultura, — que nos cabe preservar a todo custo, — visível na estrutura de nossa organização, ramificada em três secções, onze cursos e meia centena de disciplinas. E a visão geral dos problemas a emanar desse sentido de universalismo concretamente perceptível na existência de nossos cursos, abrangendo as mais diferentes formas do saber e funcionando sob o mesmo teto, dentro da mesma instituição, não nos divorcia, antes nos aproxima de nossas realidades e problemas regionais.

O fato da localização regional de instituições científicas e culturais cria normalmente vínculos entre a instituição e a terra. Bastaria mencionar, a respeito, as conhecidas relações entre Universidade e Nação. E são frequentes os exemplos de universidades dedicadas de modo adequado e fecundo a estudos e pesquisas sobre fatos verificados na área geográfica onde se encontram situadas e que se tornam como que suas áreas de estudo. Aí está, para lembrar um caso eloquente, a contribuição da Universidade de Chicago para os estudos de Ecologia Humana. Emanou essa contribuição principalmente das investigações relativas às relações humanas verificadas sob as condições de "habitat" da área urbana daquela grande metrópole.

Seriam supérfluas considerações outras sobre a vinculação necessária, espontânea, conveniente, fecunda, entre a Universidade e sua região. Avalie-se o que se poderia dizer no caso de uma universidade como a do Recife, situada numa região como o Nordeste Brasileiro, onde cada fato de suas realidades naturais ou sociais possui vasto campo virgem para a investigação e a pesquisa. Onde, por sua vez, os grandes problemas de interesse humano estão na

dependência, entre outros fatores, do conhecimento desses fatos sob o critério científico.

Estime-se, por outro lado, o grau das influências a serem exercidas sobre a orientação de nossos estudos pelas realidades que, como um desafio, o Nordeste nos põe diante dos olhos. Realidades que a nossa região põe diante de sua Universidade, a Universidade do Nordeste.

Ainda há poucas semanas, tivemos a satisfação de verificar que a necessidade de uma maior integração de atividades da Universidade do Recife nas realidades regionais não orresponde apenas ao pensamento do modesto professor que vos fala. O professor Antonio Baltar, em certa parte de sua oração de sapiência proferida a dois do corrente mês de março, perante a Assembléia Universitária, aludiu ao dever de, em nossos estudos, voltarmos para os problemas regionais nordestinos. Especialista em Economia e Estatística, o esclarecido professor lembrou sobretudo pesquisas de natureza econômico-social, para as quais preconiza os moldes, métodos e processos das que são realizadas pelo chamado Movimento de Economia e Humanismo.

Ninguém poderá, entretanto, discordar da necessidade de uma integração mais geral das investigações científicas universitárias às condições e aos problemas do nosso meio, tanto em suas manifestações econômico-sociais como em sectores outros. Investigações em benefício do homem nordestino. Estudos em busca de soluções que permitam, direta ou indiretamente, o desenvolvimento de condições de bem-estar a formarem a base de uma real civilização nestas nossas latitudes.

As condições tropicais e as formas de adaptação. — Não se pode classificar de amáveis as contingências criadas para nós, pelo fato de termos nascido e habitarmos sob os luminosos céus dos trópicos. Mas não podemos chegar ao ponto de concordar com os que descrêem da possibilidade de um alto nível de civilização e de bem-estar nas áreas tropicais. Devemos convir apenas em que, nos trópicos, esse alto nível é mais difícil de alcançar e exige do homem mais esforço e mais técnica do que nas áreas de latitudes médias.

Não se desconhece que houve, ao longo da história, um deslocamento das áreas representativas dos mais altos padrões de civilização que se distanciam das zonas de condições térmicas mais elevadas para aquelas de graduação mesotérmica. Um deslocamento semelhante e um tanto concomitante como verificado na direção do pôr do Sol. Em meio tropical, encontramos algumas das mais notáveis civilizações: a do clima desértico do nordeste da África (egíp-

cios), a do clima também desértico da Península Arábica (árabes), a do clima tropical úmido da Península Indostânica (indus). Na América précolombiana, sabem todos que a notável civilização dos maias desenvolveu-se em áreas tropicais úmidas, para não falar dos aztecas e dos quichuas, cujas terras, embora de latitudes baixas, tiveram o contrabalanço da altitude.

As civilizações do Mediterrâneo com o seu milagre greco-romano distanciam-se mais do círculo equinocial. Depois, as civilizações digamos atlânticas ou ocidentais afastam-se mais ainda com os franceses, os ingleses, os alemães, os suíços, os norte-americanos e, ainda mais, com os escandinavos, os russos, os canadenses.

Fóra dos trópicos, a partir dos gregos e dos romanos, a História descobre e analisa os elementos exteriores que foram contribuindo para plasmar as sociedades ditas civilizadas das diferentes épocas. Mas, quando se trata dos egípcios ou dos indus (também, é verdade, de outros povos antigos de climas não tropicais), temos de convir que se trata, mais que noutros casos, de elaboração própria de todo um complexo de cultura, cujas raízes multi-milenárias o conhecimento histórico mal penetra.

Representam, ao que tudo indica, os primeiros exemplos de sedentarização, os primeiros exemplos de direção das forças da natureza através da agricultura permanente, sedentária. E toda a evolução posterior tem, nessa sedentarização, o seu ponto de partida. Sedentarização que teve lugar e evolução que se verificou em áreas tropicais ou sub-tropicais.

Não estamos sustentando que somente nos trópicos tiveram lugar os primeiros exemplos de fixação do homem à terra e seu consequente desenvolvimento em civilização. Mas o fato de terem sido tropicais as condições do quadro natural onde vamos encontrar os conspícuos exemplos mencionados constitui demonstração de não existência de incompatibilidade entre civilização e trópico.

Iríamos longe se tivéssemos de discutir, aqui, as duas tendências existentes quanto à apreciação das zonas tropicais: de um lado, a exaltadora, otimista, ufanista, a vêr nos trópicos outras tantas terras de Canaan; do outro, a pessimista, derrotista, negativista, a vêr nessas áreas lugares impróprios para o homem civilizado, sem as condições naturais básicas para desenvolvimento dos valores constitutivos de uma civilização. Exageradas em suas generalizações, ambas as formas de entendimento, pecando pelo excesso, afastam-se da verdade. Não são as regiões tropicais, em seu conjunto, nenhuma terra a que a natureza tenha negado como que obstinadamente condições e recursos capazes de sustentar coletividades vivendo com dignidade e proporcionando meios para o desenvolvimento dos atributos inerentes ao ser humano.

A primeira cousa esquecida pelos generalizadores estremados é a variabilidade imensa daquilo que se compreende dentro da expressão *condições tropicais*. Elas ora são favoráveis, ora são restritivas à atividade humana. E condições, ora favoráveis, ora restritivas, tanto encontramos nos trópicos como fora das áreas tropicais.

Fala-se das dificuldades da agricultura tropical, insistindo-se na facilidade com que se desgasta o solo, na rapidez com que se esterilizam as terras sob climas quentes e úmidos sujeitos a processos de meteorização intensa, — de que a laterização é o mais trágico resultado. Mas, exaustão e degradação do solo encontram-se em toda parte. A diferença, que existe efetivamente em desfavor dos trópicos, seria antes uma questão de maior ou menor intensidade, uma questão quantitativa, que o uso de processos tecnológicos apropriados terão de solucionar. A disseminação desses processos já não é um problema da terra. É um problema do homem.

Alude-se à agricultura itinerante, como um dos processos predatórios da uberdade dos solos tropicais. Mas trata-se apenas de um estágio da evolução dos processos agrícolas, que tem existido por toda parte. Vidal de la Blache o encontra em certa fase da agricultura européia. Se, nos trópicos, esse processo é mais encontrado, isso exprime simplesmente que as regiões onde é empregado não caminharam ainda para técnicas mais evoluídas. O que se poderia dizer é que, nos trópicos, os efeitos desse processo de exploração destruidora são mais danosos. Urge, então, apenas acelerar a marcha evolutiva para a agricultura, o que também é menos um problema da terra do que um problema do homem.

Citam-se áreas hostis pelas suas condições naturais, quando muito frequentemente elas são hostis antes pela ação de fatores culturais do que de fatores naturais. Com o problema dos "man-made deserts" há cem anos já se preocupava, nos Estados Unidos, George Perkins Marsh, grande figura na História da Geografia daquele país, cuja contribuição foi estudada no recente Congresso Geográfico de Washington pelo snr. David Lawntal. Igualmente não se trata de apanágio das regiões tropicais, esses "man-made deserts".

A respeito de suas manifestações nos trópicos, adverte-nos Defontaine: "É mais do que tempo para que o homem se ponha ativamente à procura de métodos de uma silvicultura e de uma agricultura tropicais, que sinta as suas responsabilidades, que reconheça seus erros, eu diria mesmo seus pecados geográficos. Não tem ele o direito de dilapidar esta terra que lhe foi confiada, não para ser degradada, mas para ser utilizada humanamente, para ser "humanizada". No Brasil e no Nordeste, temos motivo para ir mais longe

que Deffontaines ao falar de êrros ou de pecados geográficos. Podemos aqui, sem exagêro, falar de crimes geográficos. Mas trata-se antes, como logo se percebe, de um problema humano e cultural do que de um problema derivado de condições físicas e naturais.

Argumenta-se com a questão do clima. Muito haveria a debater, nesse particular, não estivéssemos apenas mencionando fatos e observações capazes de servir de apóio a uma direção que, ao nosso vêr, devemos imprimir a nossos estudos, dada a função, desta Faculdade, de centro de investigações e de pesquisas. Não deixaremos de fazer apenas referências sucintas.

Faz-se menção ao caráter depressivo do clima tropical. Atente-se, desde logo, para a diferenciação dêsses climas, onde os diversos componentes se combinam nas mais diversificadas proporções e onde os vários fatores atuam com variadas intensidades. E logo o espírito científico põe-se em guarda contra a generalização relativa aos efeitos depressivos.

Não são, todavia, as influências diretas dos elementos do meio físico sôbre o homem biologicamente considerado as mais decisivas nem as que contam principalmente sôbre os destinos das sociedades humanas, em que pese a posição de certos autores, entre os quais êste fecundo Max. Sorre, frequentemente mais biologista do que geógrafo, com sua preocupação ecológica, de uma ecologia simplificada, objetivando as relações menos do homem que do organismo humano com o meio natural. As influências que contam são sobretudo as indiretas, as que se fazem sentir através dos fatos da agricultura e da criação, como meridianamente já advertira o mestre Brunhes. Em outras palavras: no caso de influência positiva, onde as condições naturais possibilitam recursos econômicos abundantes, aí a população se pode fixar, desenvolver-se, produzir civilização, embora lhes sejam incômodas as condições climáticas, para as quais vai criando formas de adaptação a se incorporarem ao seu patrimônio cultural.

Considerando o fato de estarem fora dos trópicos, em nossa era histórica, os povos mais representativos da civilização, perguntarão talvez se isso não é um sinal da superioridade das condições naturais das regiões onde se encontram. Responderemos que sim, que é um sinal. Mas isso, por si só não conduz necessariamente à condenação inapelável das regiões tropicais. Já dissemos aceitar, nestas, a existência de condições menos favoráveis. Porém um outro fator, — êste, mais histórico do que geográfico, — explica melhor o fenômeno. As técnicas novas, derivadas da herança cultural da civilização ocidental, plasmadas sobretudo a partir dos fins do século XVIII com o advento da Revolução Industrial, originaram-se no seio de povos das latitudes médias e são dirigidas às suas

condições mesológicas. Originaram-se e desenvolveram-se, condicionadas antes por fatores ligados aos recursos do sub-solo do que de razões relacionadas com os elementos climáticos. Pois bem, oriundas de latitudes afastadas, era natural que, só a pouco e pouco, fossem essas técnicas se expandindo até alcançar os trópicos.

Nos trópicos, elas encontram processos arraigados à cultura das populações locais, encontram desenvolvimento econômico insuficiente para as mobilizações de capitais exigidas. Não podem se implantar da noite para o dia. Além disso, os recursos tecnológicos alienígenas têm de sofrer um processo de adaptação às condições das áreas novas que vão conquistando, sob pena de agravarem certos problemas, de se tornarem, como tem sucedido, fatores de desequilíbrio dessas mesmas condições. O homem tem de viver nos trópicos aplicando à natureza tropical métodos e técnicas que com ela se harmonizem e não destruam seus recursos. Antes preservem, melhorem e tirem partido daquilo que essa natureza apresenta de favorável à vida humana. A outra tarefa é a de neutralizar fatores adversos, de levar de vencida as condições hostis.

A esse propósito, observa com muito acerto o geógrafo João Dias da Silveira: "As técnicas européias não podem, a nosso ver, sem revisão ou adaptações, sem acréscimo ou supressões, produzir resultados em muitos de nossos quadros. O menosprêso ou desconhecimento desse princípio tem levado a lamentáveis desastres. Convém, entretanto, insistir que são quase sempre as faltas de técnicas ajustadas, a ausência de organização inteligente e, principalmente, a atitude do colono, fruto de sua ambição para um enriquecimento rápido, mas ao mesmo tempo desleixada para com o patrimônio natural, as causas mais comuns dos insucessos experimentados, nas tentativas feitas em baixas latitudes para fixar e fazer prosperar a sociedade humana". Aconselha, então, a pesquisa como comportamento a seguir pelos homens desejosos de colonizar e valorizar as áreas dos trópicos: "A pesquisa cuidadosa, a pesquisa demorada, que venha revelar as exatas características da natureza nas terras entre os trópicos". Está a merecer uma referência especial o estudo em que o citado professor, titular da cátedra da Geografia Física da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, analisa de modo adequado e oportuno noções e fatos referentes à geografia tropical, terminando por acentuar a necessidade da formação de uma escola de geógrafos tropicalistas, "que seria a primeira no mundo". Referindo-se à tarefa desses especialistas, diz êle: "Bem sabemos que tal trabalho pede tempo e dedicação. Não poderá ser feito com hora marcada, em rápidas viagens de alguns dias, nem servir para satisfazer as ambições daqueles que desejam, pelo volume

mal arranjado de suas publicações, ganhar popularidade, sem que sua obra tenha, cientificamente, conteúdo sério e respeitável”.

Se tivéssemos de procurar um vocábulo para sintetizar, de modo aproximado embora, todos os requisitos necessários ao aproveitamento que o homem, para seu bem-estar, precisa fazer das condições naturais da zona onde habite, *adaptação* seria êsse vocábulo. Adaptação, obviamente, no sentido amplo mas preciso com que empregamos a palavra na terminologia da Geografia Humana.

Duas são as formas de alcançá-la. Uma delas é de caráter histórico-social. As populações, através do contato multissecular com a sua área geográfica, na formação de seu complexo cultural, incorporam e aperfeiçoam empiricamente instrumentos, técnicas, processos de utilização da terra segundo as exigências regionais.

A outra é de natureza científico-tecnológica. A investigação, a pesquisa, o estudo dos elementos do meio habilitam o homem a tirar dêle o melhor proveito, a adaptar-se reagindo, a corrigir deficiências, a preservar recursos, a criar recursos novos. Habilitam o homem a não cometer as chamadas contrafações ou pecados geográficos, responsáveis por muita consequência socialmente danosa. Essas investigações e pesquisas não se limitam por certo aos componentes físicos, nem aos elementos biológicos. Elas chegam ao campo social e humano. Consideram também o homem em sociedade, informado pelas realidades físicas e regionais de cada caso.

Por falta, muitas vèzes, da consideração dêsses fatores, um por um e em seu conjunto, é que graves equívocos são às vèzes cometidos, dificultando o esforço no sentido da adaptação. Temos um exemplo nosso, pernambucano. Ninguém tem dúvidas que a Zona do Litoral e Mata do Estado é a de melhores condições para a ocupação agrícola da terra, o que decorre de fenômenos ligados notadamente a caracteres edáficos e climáticos. No entanto, segundo apuração a que procedemos à base dos dados preliminares do Recenseamento de 1950, possúe o Agreste uma população rural superior. O fato surpreenderá aos que se lembrarem dos elementos do meio natural para explicar os fenômenos demográficos e esquecerem os dados relativos, por exemplo, aos sistemas de cultura e ao regime de propriedade fundiária, com sua repercursão na estrutura da sociedade e nos índices de bem-estar. Enfim, o que parece é que as condições naturais favoráveis da Zona Canavieira são, até certo ponto, neutralizadas pelas condições sociais desfavoráveis. E falamos apenas quantitativamente, sem nos referirmos às condições sociais das populações das duas zonas, o que por certo robusteceria a observação.

Não precisamos de outras considerações no sentido de acentuar que, para a adaptação em sua forma ativa e científico-tecnológica,

devem contribuir os mais diferentes ramos do conhecimento, desde os que se ocupam da terra e da natureza aos que tratam do homem e da sociedade.

Os estudos universitários e o problema da adaptação no Nordeste. — Neste ponto, precisamente, destacam-se, em toda a sua importância, a função e a responsabilidade dos centros de investigações e de estudos situados em região tropical. É o caso das universidades brasileiras, pois o nosso país é quase todo uma área tropical. É particularmente o caso da Universidade do Recife, dentro do nosso Nordeste. E, em nossa Universidade, está nossa Faculdade que, sendo de Filosofia e Letras, não deixa de ser também de Ciências.

As escolas de formação profissional, desde que imbuidas de um espírito de investigação bem característico dos estudos universitários, poderão desenvolver suas tendências pelos estudos regionais. Quanto não poderíamos esperar de nossos bem credenciados institutos universitários de Ciências Econômicas, Medicina, Química, Engenharia, Belas Artes, no âmbito de suas respectivas especializações em relação a contribuições destinadas a habilitar o nordestino a viver melhor na área geográfica que lhe serviu de berço? Talvez pudéssemos mesmo notar que a cada um desses grandes ramos do saber poderia corresponder uma especialização regional. Uma especialização nordestina. A todos esses institutos interessa conhecer como se portam os fenômenos regionais face a conhecimentos gerais ou técnicos. E interessa à coletividade que, das investigações a isso necessárias, surjam conquistas em seu benefício.

Investigações têm aparecido a demonstrar como muitas das nossas atividades científicas sadamente já se orientam para os temas regionais. É o caso, entre outros, do trabalho recente sobre "Resistência à Tuberculose" do Prof. Francisco Montenegro; dos trabalhos sobre o cajú dos professores Osvaldo Lima e Paulo Osório de Cerqueira; dos trabalhos sobre equisostomose dos professores Bezerra Coutinho e Hoel Sette; do estudo sobre o clima de Recife do prof. Gilberto Osório de Andrade, que ficamos conhecendo em solenidade como esta, neste mesmo recinto, realizada o ano passado; do estudo histórico sobre o tipo de construção urbana do Recife, do prof. Aderbal Jurema; dos estudos históricos sobre os holandeses de José Antônio Gonçalves de Melo, neto; dos estudos de História pernambucana do prof. Amaro Quintas; do estudo de geologia da planície do Recife do prof. Waldemar de Oliveira; dos estudos de Antropologia Cultural dos professores Estevão Pinto, Valdemar Valente e René Ribeiro; do trabalho sobre a divisão fisiográfica de Pernambuco do prof. Hilton Sette; dos estudos de biologia do

prof. Nelson Chaves e seus colaboradores; do trabalho sobre planificação urbana do prof. Antônio Baltar. Tantos outros. Não fizemos uma lista; citamos exemplos. A mesma orientação regional (porque não referir?) tiveram os modestos estudos de campo completados com seminários sobre a Cidade do Recife, realizados em 1952 com os alunos do Curso de Geografia e História desta Faculdade, pelas cadeiras de Geografia Física e de Geografia Humana em conjunto e com a colaboração da cadeira de Mineralogia e Petrografia. Algumas vocações geográficas entre os estudantes já se destacaram nessa nossa primeira tentativa de trabalho continuado, com objetivo didáticos e de investigação sobre uma área urbana, a área urbana do nosso Recife.

Não falamos, por compreender-se em outra amplitude, da obra realmente monumental de Gilberto Freire, principalmente voltada para assuntos regionais, e da influência dessa obra e das iniciativas desse escritor (caso do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais) sobre estudos nordestinos. Nem referimos acima, pela mesma razão, a contribuição nunca interrompida de Barbosa Lima Sobrinho sobre a história de Pernambuco, a economia de Pernambuco, os problemas de Pernambuco, os interesses de Pernambuco. Contribuição de uma consistência, de um equilíbrio e de uma solidez que têm feito desse escritor uma espécie de advogado permanente de nosso Estado.

Todavia, até agora, a preferência pelos assuntos regionais tem resultado antes do gosto e da iniciativa individual oriunda do amor à terra do que de uma orientação sistemática oficialmente preconizada e visando conscientemente, num esforço coletivo dos homens de ciência e de estudo, grupados pela Universidade, à solução dos grandes problemas do Nordeste, com suas repercussões sociais e humanas. Grande parte das investigações acima mencionadas são apresentados sob a forma de teses para concurso. Se é assim, se são trabalhos realizados muitas vezes à custa de sacrifícios, com tôdas as limitações de seu destino — limitações de tempo e de meios — que não esperar de estudos feitos sob as condições propícias facultadas pela Universidade?

A nossa tarefa, nesse particular, seria a de concorrer cada um em sua especialidade e conforme as próprias forças, com investigações e estudos capazes de contribuir para a melhor compreensão dos diversos elementos dessas realidades, possibilitando, portanto, aquela adaptação a que nos referimos. Seria, simultaneamente, a de preparar trabalhadores intelectuais aptos a realizarem tais estudos nos sectores correspondentes aos seus respectivos cursos.

Formar-se-iam especialistas regionais: em geologia do Nordeste, em Petrografia do Nordeste, em geografia do Nordeste, em:

Filologia do Nordeste, em História do Nordeste, em Economia do Nordeste, em Sociologia do Nordeste. Assim por diante.

Quem conhece, como todos nós conhecemos, os danos que têm resultado da falta de conhecimento das realidades regionais para solução dos problemas nordestinos, pode muito bem alcançar a significação dos estudos que, a êsse respeito, a Universidade do Recife e, em particular, a Faculdade de Filosofia podem proporcionar. Quando dizemos isso, não estamos pensando apenas no cataclisma das secas. Pensamos, é certo, nesse mal, o maior de todos, e nos assuntos a êle correlatos. E podemos afirmar com segurança que os erros ou falhas nas iniciativas tendentes a minorar os seus efeitos têm decorrido do não conhecimento ou da não consideração das realidades regionais.

Ora, essas iniciativas, visando a tornar possível o uso da terra em zona semi-árida constituem nitidamente uma das formas mais características de adaptação ativa através de recursos técnicos. Elas não podem colimar êsse objetivo se não se apoiam na realidade ambiente aprendida através de pesquisas científicas.

Essa deve ser uma impressão de especialistas em vários ramos do conhecimento, desde o mineralogista até o sociólogo. É certamente nesse sentido a observação dos geógrafos. Ainda há pouco, para citar um exemplo, o professor Hilgard O'Reilly Sternberg, em trabalho notável sobre as secas, falando da precariedade da solução exclusiva da açudagem, lembrava com apoio nos estudos do agrônomo José Guimarães Duque a seguinte e desconcertante relação: "a cada hectare de terra irrigada, para que tenha adequada provisão d'água, há de corresponder um quilômetro quadrado (ou seja, 100 hectares) de área de captação". E diz a seguir: "Parece inevitável a conclusão a que nos conduzem os dados do D.N.O.C.S. — a solução que repousa no binômio açudagem-irrigação, por si só e com os métodos até agora experimentados, não poderá beneficiar senão um por cento da área semi-árida".

Todos estão vendo que um plano sério, científico, racional sobre o grande flagelo não poderá ser elaborado sem um apanhado amplo, compreendendo estudos de geólogos, pedólogos, meteorologistas, geógrafos, engenheiros, químicos, agrônomos, fitologistas, economistas, sociólogos.

Dissemos, porém, que não pensamos apenas na seca ao preconizar, na Universidade e nesta Faculdade uma orientação regional para as pesquisas. Os problemas relacionados com os solos agrícolas, com a habitação rural e urbana, com o novo aproveitamento de espécies vegetais, com a genética vegetal e animal, com a mortalidade infantil, com a produtividade agrícola, com a produtividade industrial, com a alimentação do povo, com a aclimação de plantas

e animais, com as endemias e, em geral, as chamadas moléstias tropicais, com o regime da propriedade fundiária, com o êxodo rural, estão a demonstrar que o homem nordestino ainda não encontrou formas harmoniosas de relação com o seu ambiente natural que lhe permitam tirar desse ambiente os recursos necessários a uma existência condigna. Estão a demonstrar, por outro lado, que a organização social, a organização administrativa, as relações entre as classes sociais, a organização econômica não exprimem igualmente uma forma harmoniosa de relação do homem com o seu semelhante em seus "habitats" nordestinos. Muitos dos desajustamentos são universais, mas é mister determinar até que ponto eles são agravados, às vezes dramaticamente agravados, pelas condições regionais. Considere-se ainda outro agravamento: aquêle a que estão naturalmente sujeitos êses problemas, oriundo do próprio crescimento demográfico.

É, como se vê, uma tarefa imensa, a dos estudos de que resultem contribuições para problemas tão numerosos e tão graves. As soluções poderiam constituir uma espécie de ideal a ser tenazmente perseguido pelas gerações atuais e pelas gerações que temos a responsabilidade de preparar. As atividades científicas desenvolvidas à base de realidades locais terão de fornecer recursos técnicos que permitam a grande e sonhada adaptação do homem tropical do Nordeste Brasileiro à sua ambiência física e a criar, em consequência, melhores formas de convivência social.

Os problemas nordestinos e os estudos geográficos de grau universitário. — Sabemos bem o que, em tudo isso, se pode esperar da Geografia, em especial da Geografia Humana, para particularizar a nossa posição individual.

O conhecimento geográfico necessário à solução de problemas regionais como os mencionados está se vendo que não é certamente aquêle das famosas memorizações de dados, de nomenclatura e de algarismos, que ainda nos alcançou a muitos de nós, quando adolescentes, nos nossos estudos secundários. Seria nula a contribuição do geógrafo do ponto de vista científico e do ponto de vista dos grandes problemas de interesse coletivo se sobrevivesse aquela noção de conhecimento geográfico. Nesse caso, nem sequer se justificaria o estudo em grau superior visando a êsse conhecimento. Nem se poderia afirmar haver sempre ou quase sempre uma base geográfica para os grandes problemas de interesse coletivo, regionais, nacionais e mesmo mundiais. Que alcance teria, com efeito, no caso que estamos discutindo, o fato de se ter de memória, em relação ao Nordeste — perdoai-nos a vulgaridade do exemplo — os nomes

dos rios, grandes e pequenos, com o número de quilômetros de seus cursos, ou o nomes das serras, com as respectivas altitudes?

Outra cousa, por certo, será realizar o estudo sobre o área em foco à vista do conceito atual e fecundo do conhecimento geográfico. Tome-se, por exemplo, a diretriz resultante do pensamento de De Martonne, o grande mestre contemporâneo. Por ela teremos de aprender a estrutura geomorfológica da região, as suas condições de clima, o regime hidrológico, a sua vida vegetal e animal, os fatos ligados em geral às atividades humanas sobre a terra. Teremos de apurar as causas da distribuição desses elementos, o que faz transparecer a natureza científica do estudo. Teremos de, finalmente, estabelecer as relações entre os fenômenos, o que permite evidenciar o grau de influência de cada um deles sobre os demais, acentuando o caráter científico da tarefa do geógrafo.

Em realidade, são interrelações multiformes que explicam o modo como, em cada quadro regional, se arrumam e se combinam os fenômenos físicos, biológicos e humanos, revelados pelos traços da paisagem. A tarefa de, através das observações das paisagens do Nordeste, surpreender e analisar essas interrelações, constitui dever e responsabilidade dos geógrafos nordestinos. Dos atuais e dos que se forem formando em nossos cursos.

Já aludimos às danosas consequências frequentemente derivadas da não consideração de estudos dessa ordem. Ocorre-nos, a respeito, um outro exemplo expressivo: o de contrafação geográfica, que fomos encontrar através de estudo por nós procedido sobre o "Brejo" da Paraíba, juntamente com os professores José Veríssimo da Costa Pereira, Hilton Sette, Tadeu Rocha e Gioconda Mussolini, quando da realização, o ano passado, da VI Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Referimo-nos à destinação que se está dando àquela região, substituindo-se a policultura de subsistência pela cultura de uma planta produtora de fibra dura, voltada para os mercados externos e em largos padrões de agricultura de "plantation". Eis um tópico do relatório sobre esse estudo: "Situada entre zonas semi-áridas e distante de pontos que pudessem facilitar uma economia monocultora voltada para fora, a influência do fator *posição* sobre essa área de solos fecundos parece contribuir para estimular o desenvolvimento de uma agricultura diversificada, não somente de consumo local, mas também abastecedora das zonas vizinhas. "Deus reservou esse oasis de graça e de fartura para prover às crises que nos salteiam", disse o grande escritor e homem público paraibano que atualmente dirige o seu Estado. Não somente para isso, acrescentamos. Também para matar a fome às zonas vizinhas. Matar a fome, além disso, a centros urbanos em acelerada expansão, como Campina Grande".

E, mais adiante:

“... Com os seus campos cobertos de agave, o *Brejo* não poderá funcionar como oásis ou como celeiro: nem para as regiões vizinhas, nem para os grandes centros urbanos, seja em épocas normais, seja em épocas de crise”.

Encerra esse exemplo uma lição e uma advertência quanto aos êrros que se cometem, decorrentes do desprêso das condições regionais a serem levantadas pela geografia.

Um palpitante interesse realista e prático teriam, pois, os estudos geográficos, ao lado de seu conteúdo científico. Interesse realista e prático que os autores acentuam e que em nada diminui a dignidade do conhecimento. São, porém, raros os trabalhos geográficos de feição científica já realizados sobre nossa região. A geografia do Nordeste está quase toda por fazer.

E a necessidade de elaborar essa geografia nos faz retornar, quando já é tempo de terminar esta aula, àquela ordem de idéias com que, ao iniciá-la, tratámos dos problemas desta Faculdade em face de seus objetivos. Agora, porém, com umas poucas referências especiais ao caso dos estudos geográficos, cujas funções esperamos se tenham tornado mais claras depois de tudo o que dissemos sobre os estudos regionais.

Considerados os interesses de nossos cursos, o simples conhecimento de estudos já feitos sobre o Nordeste, com a feição a que nos referimos, enriqueceriam o cabedal de informações geográficas dos professores e dos estudantes. Poderiam servir também ao objetivo de formar professores de geografia. Mas não atenderiam, por si sós, àquêle outro fim, o de formar trabalhadores intelectuais voltados para a geografia, ou seja, geógrafos. Também não se compadeceriam com a função de centro de investigações e de pesquisas que esta Faculdade possui como seu desígnio mais alevantado.

Se contássemos, para os nossos cursos, com trabalhos, satisfatórios em número e em quantidade, que nos proporcionassem os elementos indispensáveis, poderíamos ensaiar a tarefa de gabinete, não despida de interesse científico, de coordenar e sistematizar êsses dados, procurar explicar os fenômenos neles revelados, perquirir as relações que entre êles apresentassem. Mas não contamos com tais elementos. E, de qualquer modo, a tarefa seria arriscada, temerária, além de incompleta. Porque, para o geógrafo, como já se tem dito, nada como *ir e vêr*.

Laboratório insubstituível para os estudos geográficos é a própria natureza, é o campo onde os fatos são surpreendidos e, observados diretamente e ao vivo. Só precisamos de meios de acesso a esse laboratório.

O *ir e ver* não é só o fundamento e o ponto de partida metodológico dos trabalhos de elaboração do conhecimento geográfico. É também uma das formas, um dos meios auxiliares mais eficazes para o rendimento dos cursos. No primeiro caso, o campo funciona como laboratório de pesquisa; no segundo, como laboratório de ensino. As excursões, com esta última finalidade, constituiriam uma espécie de aula prática a fazer parte integrante dos trabalhos escolares. As outras, destinadas à pesquisa, seriam realizadas por um professor ou por um grupo de professores, facultada a participação dos estudantes com pronunciada tendência pelos trabalhos de investigação.

Para que se alcance o grande objetivo de tornar esta Faculdade um centro de pesquisas e investigações científicas, o que seria ao mesmo tempo o meio mais adequado para firmar o seu conceito e a melhor forma de contribuir para o conhecimento das nossas realidades regionais, parece-nos evidente a necessidade de recebermos com frequência a colaboração de mestres de centros científicos servidos por maior lastro de experiência e de realizações. Não que esses mestres devessem simplesmente vir ministrar cursos ou realizar conferências entre nós. Sendo selecionados entre os que mais apreciáveis contribuições tiverem dado ao conhecimento de sua especialização, tais professores nos revelariam principalmente processos de estudos e de pesquisas, acumulados pelo seu tirocínio científico. Orientariam com seus conselhos os nossos trabalhos. E, sobretudo, trabalhariam conosco, não só pelo interesse no assunto escolhido como para que professores e estudantes *vissem como trabalham*.

Esse o papel dos professores visitantes, pelo menos do ponto de vista das necessidades da Cadeira de Geografia Humana, sobre que podemos falar menos faltos de autoridade. Mas supomos que, em outras cadeiras, o máximo rendimento da estada de mestres procedentes de centros científicos estrangeiros ou nacionais, também se obteria não através de preleções mais ou menos inspiradas em trabalhos por eles já publicados ou a publicar e realizados em ambientes e condições diversas das nossas condições regionais. Rendimento maior seria o resultante direta ou indiretamente dos trabalhos científicos que aqui realizassem.

Insistimos na necessidade, quanto aos estudos geográficos, da presença desses professores entre nós. A esse respeito, vale muito o exemplo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Ali, o curso superior de Geografia começou com figuras do valor e do renome universais de um Emmanuel de Martonne para a Geografia Física e de um Pierre Defrontaines para a Geografia Humana. E a ação desses homens, — desses, e de outros que se lhe seguiram e de seus discípulos, — foi tão

fecunda que fez florescer, em terra paulista, uma verdadeira escola de geógrafos brasileiros, uma pleiade de cientistas da geografia, nucleada pelo Departamento de Geografia da Universidade. E tem sido realmente notável a sua contribuição através de numerosos e excelentes estudos sobre áreas paulistas e de outros Estados.

Animados pelas considerações acima é que reclamamos meios para a nossa Faculdade, em particular para as suas cadeiras de Geografia, uma das quais está sob nossa débil responsabilidade, as duas outras estando confiadas a dois mestres dos mais credenciados. Não são tão custosos ou difíceis êsses meios e temos de confiar em que, de seu emprêgo, resultariam benefícios coletivos imediatos e, como no plantio de carvalhos, benefícios futuros e permanentes.